



CADERNO NOVA CARTOGRAFIA

A luta dos trabalhadores rurais e pescadores de Caracaraí (RR) em defesa de seus direitos

SETEMBRO
2014

PROJETO
**Mapeamento
Social**

como Instrumento
de Gestão Territorial
contra o Desmatamento
e a Devastação

PROCESSO DE CAPACITAÇÃO DE POVOS
E COMUNIDADES TRADICIONAIS



9

Conflitos e disputas territoriais em Caracará: empreendimentos públicos e privados

Caracará é um município do Estado de Roraima, conhecido historicamente como Cidade Porto. Possui uma localização privilegiada por estar situado na Bacia hidrográfica do médio e baixo rio Branco. O crescimento da cidade, a partir da década de 1960, foi impulsionado pelo acesso fluvial.

O processo de ocupação deste espaço foi intensificado ainda mais na década de 1970, com a construção da BR-174 – a mais importante rodovia federal de Roraima. A abertura desta estrada, que liga Manaus, Boa Vista e a Venezuela, favoreceu o segundo e principal momento de colonização do então Território Federal de Roraima, com a criação de vilas e polos ao longo do seu curso. Este cenário pode nos ajudar a compreender melhor e contextualizar os atuais conflitos vivenciados pelas famílias que habitam o local.

Em Manaus, a BR-174 conectava-se a BR-319, outra rodovia importante desse período, que unia os Estados de Amazonas e Rondônia. Ambas as estradas delinearam no mapa o itinerário que milhares de pessoas que percorreram durante anos, em um processo migratório que se originava principalmente nos Estados do Nordeste e, em muitos casos, findava na região sul do Território Federal de Roraima. Ao mesmo tempo, a incipiente malha rodoviária complementou-se com a construção da BR-210, mais conhecida como Perimetral Norte, que pretendia unir os Estados de Amapá e Roraima. A construção impactou intensamente a vida de populações indígenas. Os Yanomami tiveram seu território invadido, sofreram com surtos epidêmicos e uma desestruturação social que os afeta até os dias atuais.

Na memória social evidenciada por muitas famílias que hoje vivem no município de Caracará, as rodovias citadas representaram a possibilidade de chegar a Roraima.

A preocupação com a zona fronteiriça e a baixa densidade populacional motivou o governo federal a desenvolver ações de incentivo à ocupação da região amazônica a



Participantes do Encontro de Produção do Boletim, realizado nos dias 17 e 18/08/2013, no campus da Universidade do Estado de Roraima (UERR), em Caracará





Paisagens do Município de Caracaraí



partir da década de 1960. Acreditando na promessa de melhores condições de vida, muitos trabalhadores passaram a viver em Caracaraí, animados com a possibilidade de aquisição de terras e os benefícios sociais dos programas de assentamento como os criados pelo INCRA.

As potencialidades do município tornaram o local propício para implantação de empreendimentos variados. Em decorrência, vêm se instalando inúmeros conflitos sociais que giram em torno da disputa do acesso aos recursos existentes. Este boletim reflete sobre alguns dos embates existentes em Caracaraí, utilizando dados coletados junto aos trabalhadores rurais e pescadores da cidade e informações colhidas em organizações tais como: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Socioambiental (ISA), Ministério da Pesca, Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima (SEPLAN) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

A situação dos pescadores

A pesca é uma prática predominante em Caracaraí e uma das principais atividades econômicas. Embora o município seja o maior produtor de pescado do Estado de Roraima, a indústria da pesca que se instalou tem sido bastante desfavorável para os pescadores de pequeno e médio porte, principalmente, aqueles e aquelas que desenvolvem a atividade para fins de consumo. Em outras palavras, ela tem prejudicado homens e mulheres que utilizam métodos artesanais tais como malhadores, espinel e tarrafa. Para estes, o peixe é utilizado na alimentação cotidiana, sendo comercializado apenas o excedente da produção.

Esta coletividade sofre com as inúmeras restrições de acesso aos locais de pesca, com as exigências impostas pelas leis ambientais e com o tratamento dado pelas agências estatais que atuam nesta esfera. O Sindicato dos Pescadores de Caracaraí tem denuncia-

do que a classe pesqueira está sendo prejudicada com a aplicação de multas abusivas, apreensão indevida do instrumento de pesca e diversas ameaças.

“Quando vão fazer uma fiscalização, vão massacrar os pescadores, vão tomar as canoas, vão tomar os malhadores. Não existe lei que diga que o ICMBio, a FEMARH, o IBAMA tenha que tomar uma canoa e queimar; tomar um malhador e queimar. Gente! Tudo isso é suor. Uma canoa sai caro para um pescador, um malhador sai caro para um pescador. É muito triste quando a gente ouve dizer que um pescador já ficou ilhado por que o ICMBio e o IBAMA deixou ele na beira do rio; e eles foram salvos por um companheiro que vem passando, muitas vezes com fome, gritando. São pessoas que eram para trabalhar

Embarcações as margens do rio Branco



em parceria, ajudando. Não é pra ter perseguição com o povo. É pra trabalhar junto com o povo. Vamos zelar pela nossa natureza, que foi Deus que deixou pra nossa sobrevivência. E nós somos muitas vezes perseguidos pelos nossos companheiros, pelos parceiros. Nós não temos parceiros. Eu quero dizer pra vocês que o IBAMA, o ICMBio, a FEMARH não é parceiro de ninguém. No momento eles estão sendo parceiros-perseguidores. Por que não deixa trabalhar? Hoje tem agricultor que não pode plantar, não pode desmatar. Mas os madeireiros estão aí acabando com a mata.” MARILENE, MEMBRO DA DIRETORIA DO SINDICATO DOS PESCADORES DE CARACARAÍ

“Hoje em dia eu sou pescador, meu filho nasceu aqui e eu quero que ele siga essa tradição. Mas é claro que ele não vai querer, porque a lei já proíbe ele.” ALZERAIS, SINDICATO DOS PESCADORES DE CARACARAÍ

O turismo ecológico e a pesca esportiva

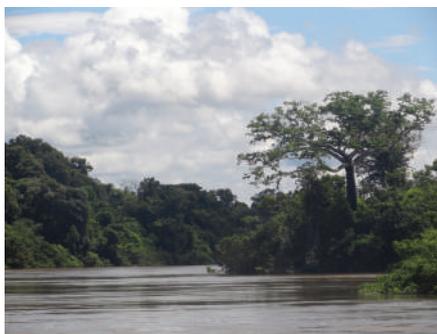
A beleza dos rios e a biodiversidade vêm atraindo cada vez mais brasileiros e estrangeiros para Caracaraí. Institucionalizou-se o turismo ecológico em locais da cidade para atender os visitantes. As corredeiras do Bem-Querer, situadas no rio Branco, tornaram-se um dos pontos turísticos mais frequentados. Uma infraestrutura voltada à satisfação das necessidades dos turistas foi montada, o que inclui hospedagem, alimentação, trilhas, passeios com guias e banhos de rios.

A pesca esportiva foi outro ramo do turismo ecológico que se desenvolveu. Empresários passaram a investir na operação de agenciamento, transporte, hospedagem, alimentação, recreação e entretenimento. Hotéis de selva, com acomodações para os ecoturistas, foram construídos às margens dos rios afluentes do rio Branco, entre os quais é possível citar Água Boa do Univini, Itapará e Xeruni. Este empreendimento tem atraído cada vez mais pessoas.

A imagem de Caracaraí - paraíso da pesca esportiva tem sido vendida nas agências de turismo e nos sites de pesca esportiva. O Rio Água Boa do Univi foi eleito pela revista Forbes (uma das principais publicações mundiais sobre economia, finanças e negócios) um dos melhores locais para a prática da pesca esportiva. O que não aparece nas propagandas é a situação dos pescadores que são impedidos de acessarem os rios devido à privatização ocasionada pelos empreendimentos de pesca ecológica.

Um exemplo do que está acontecendo é a situação denunciada pelo presidente da Associação de Pescadores de Vista Alegre. Pessoas estão sendo impedidas de acessarem o rio, devido às proibições de Jan Roman Wilt, um empresário de pesca esportista, diretor da ECOTUR – TURISMO ECOLÓGICO LTDA. Detentor de uma grande porção de terra titulada pelo Instituto de Terras de Roraima (ITERAIMA), ele tornou o rio uma propriedade particular, chegando ao extremo de colocar correntes nas margens, para impedir que as pessoas pesquem ou colem produtos extrativistas. Funcionários do empresário atuam como jagunços para intimidar os pescadores e já ameaçam atirar caso eles insistam em navegar pelo rio que corta e beneficia o hotel de selva do referido empresário.

Os órgãos públicos de fiscalização ambiental tais como a Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (FEMARH), na visão dos pescadores, favorecem a violação dos direitos da comunidade pesqueira. A Portaria Normativa Nº 01/201, por exemplo, estabelece a proibição da pesca na região (Rios Jauaperi, Anauá e Rio Branco) e estabelece



Vegetação as margens do rio Branco



Pesca artesanal praticada por pescadores em Caracaraí



Pescadores no rio Branco



Vegetação ao longo do rio Branco



critérios para a autorização de pesca no Baixo Rio Branco. Os procedimentos burocráticos e as restrições têm sido uma reclamação constante, pois favorecem os empresários e dificultam a vida dos pescadores artesanais.

“Tem o caso do nosso companheiro que foi registrada a apreensão de materiais de pesca, como a canoa do trabalhador e o motor. Na maioria das vezes, acontece a destruição deste patrimônio. Nós temos caso de pescadores que ficaram na beira do rio, balançando o braço, porque até sem roupa eles já deixaram. Já teve um caso de um senhor de idade que ele foi obrigado a ficar não sei quantos dias lá na beira do rio por que tomaram a canoa dele, meteram o machado na canoa do cidadão. Então são essas coisas abusivas que vêm acontecendo com os trabalhadores da atividade pesqueira” RELATO FEITO NO GRUPO DE TRABALHO CONSTITUÍDO POR ALBERTO, EUZEBIO, ALZENRAES, SULAMIRANDA, MARILENE E VALESKA

“O IBAMA, nessa questão relativa ao meio ambiente, é isso: ele sai, enche o barco de placas e sai colocando Proibida a pesca, Proibida a pesca, Proibida a pesca; sem pelo menos consultar o pescador. Aí quando vê que o cara sobe (o rio), não tem nada; quando vê que desce já à noite para dormir, quando ele acorda já depara com aquela placa. E se qualquer órgão desce, pega o cidadão que saiu daquela área até por desconhecer ali, foi praticamente um flagrante. Ele vai ser atuado e tudo mais... Eu digo pelo seguinte, pescador vai

pescar é pego. Aí quem vai ter liberdade de pescar? Porque no período do defeso o que mais se vê é aquelas embarcações, bote com motores de alta rotação, 40, 60 HP, descendo para pescar no período do defeso. Vai um Antônio da vida, vai um Euzebio, vai um Estevão fazer isso com a rampeira. ... Eles não gostam de pesqueiro não, gostam de pequeno porque é mais fácil de tratar, pois não tem como pagar a multa, não tem como se defender da cadeia” EUZÉBIO, SINDICATO DOS PESCADORES DE CARACARAÍ

Existe também a preocupação com os impactos da pesca esportiva. O sindicato dos pescadores alerta que o sistema pesque e solte causa ferimentos nos peixe e afirmam que muitos morrem logo após serem devolvidos ao rio, devido às lesões ocasionadas pela captura.

As restrições ocasionadas pela pesca esportiva e a violência praticada incomoda a comunidade pesqueira. O sentimento que prevalece é o de que foram expropriados de recursos que antes estavam ao seu alcance. Eles sabem que é um negócio rentável e que envolve pessoas de grande poder aquisitivo. A conclusão é que a natureza foi privatizada com a anuência do Estado; tornou-se um negócio rentável e está sendo utilizada como mercadoria.

Rio Branco: importante recurso natural para a população local

Considerado o mais importante rio do estado de Roraima, o rio Branco possui cerca de 1.300 km, desde a sua foz até a sua nascente. Situado na região amazônica, sua bacia hidrográfica está localizada no extremo Norte do país. Ela ocupa quase todo o território roraimense, abrangendo a fronteira com a Venezuela e a Guiana. É um contribuinte da margem esquerda do rio Negro, que juntamente com o rio Solimões, forma o rio Amazonas.

Grande é a importância do rio Branco para a economia regional e diversos são os usos dos seus recursos hídricos, tais como abastecimento, navegação, irrigação e pesca. Ele é responsável pelo provimento de Boa Vista e quase todas as demais cidades do Estado. Através da navegação, ele permite a circulação e a comunicação, principalmente na porção sul, onde possibilita a integração da grande malha hidroviária amazônica. Na irrigação, ele tem sido muito utilizado na rizicultura nas imediações do rio Tacutu, Uraricuera e nas proximidades de Boa Vista.

A bacia do rio Branco é considerada bastante preservada em termos de biodiversidade. Para os ambientalistas isto se deve à presença de Terras Indígenas e Unidades de Conservação, que somam mais de 70% da área do Estado de Roraima. Na visão dos trabalhadores/as rurais e pescadores/as, os indígenas e ribeirinhos vêm contribuído para conservação e salvaguarda do patrimônio material e imaterial presente na região.

Principais legislações sobre a pesca

DOCUMENTO	CONTEUDO
Portaria nº 039/03 de 12 de agosto de 2003	Trata da Licença para a Pesca Amadora e do formulário para a Carteira de Identificação do Pescador Amador – Classe Permanente e Classe Especial
Portaria nº 30 de 23 de maio de 2003	Normas gerais para a atividade de pesca amadora no território nacional
Lei nº 9.059 de 13 de junho de 1995	Apresenta alterações ao Decreto-Lei nº 221
Lei nº 7.679 de 23 de novembro de 1988	Proibição da pesca em período de reprodução
Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998	Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998
Decreto-lei nº 3.179 de 21 de setembro de 1999	Especifica as sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e indica procedimentos aplicáveis
Decreto-lei nº 221 de 28 de fevereiro de 1967	Lei de Pesca – estabelece proteção e estímulos à pesca

FONTE: IBAMA E MINISTÉRIO DA PESCA



Minicursos Legislação Ambiental e Análise de Conjuntura, realizado nos dias 13 e 14/07/2013, no campus da UERR, em Caracarái



Paisagens do rio Branco, em Caracaraí



Nas Terras Indígenas localizadas na bacia do rio Branco, vivem os povos Ingarikó, Makuxi, Patamona, Taurepang, Wapixana, Ye'kuana, Yanomami, Waiwai e Waimiri Atroari; o que evidencia a riqueza da diversidade étnica que caracteriza este espaço.

A diversidade de Unidades de Conservação é constituída de Parque Nacional (PARNA), Estação Ecológica (ESEC), Floresta Nacional (FLONA) e Área de Proteção Ambiental (APA), administradas pelo poder público Federal, Estadual e Municipal. Por serem um celeiro de recursos naturais, tornaram-se um cenário de disputas ocasionadas pela produção florestal, extração mineral, pecuária, agricultura e pesca.

O desafio das Unidades de Conservação

As Unidades de Conservação foram criadas com a pretensão de ser um espaço detentor de características naturais relevantes, com a finalidade de conservar os recursos ambientais. Instituídas pelo poder público em suas variadas esferas (federal, estadual e municipal), elas detêm um regime especial de administração. Na prática, em muitos locais, elas se tornaram propícias para o surgimento de conflitos sociais que revelam as contradições e embates entre a lógica de preservação ambiental e o uso tradicional dos recursos.

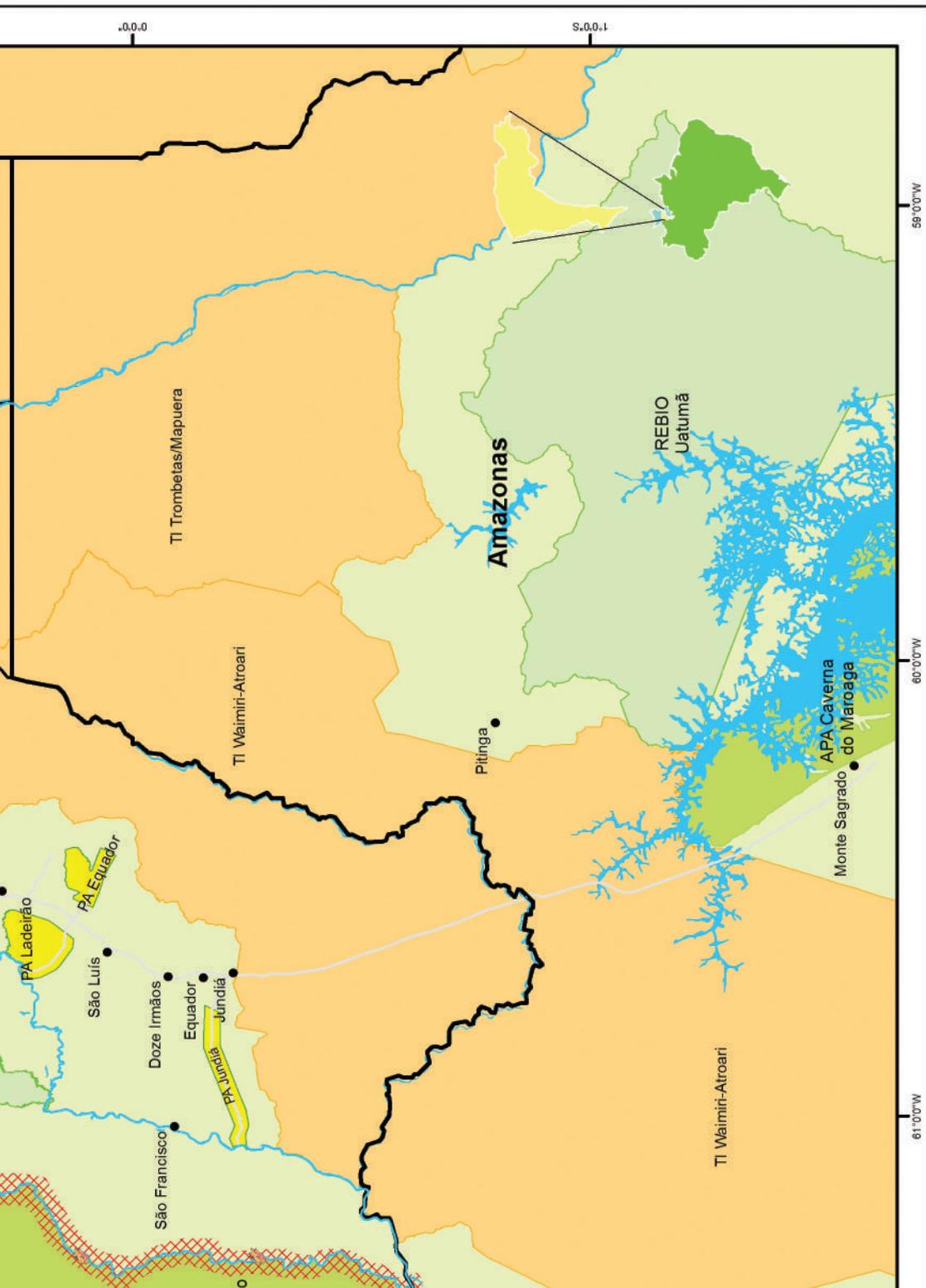
Bacia hidrográfica do Rio Branco

SUB-REGIÕES HIDROGRÁFICAS	RIOS QUE COMPÕEM
Tucutu	Contingo, Surumu, Tacutu, Maú, Capivara e Cachorro
Uraricoera	Auaris, Aracaça, Parima, Uraricaá, Amajari, Uraricoera e Parimé
Mucajaí	Couto de Magalhães, Melo Nunes, Apiau e Mucajaí
Anauá	Baruana Novo, Caroebe e Anauá
Branco do sul	Xeroni, Tapera Branco, Água Boa de Cima, Cauamé, Branco, Pricuma, Surrão, Água Boa de Baixo, Água Boa Univi, Ajarani e Catrimani

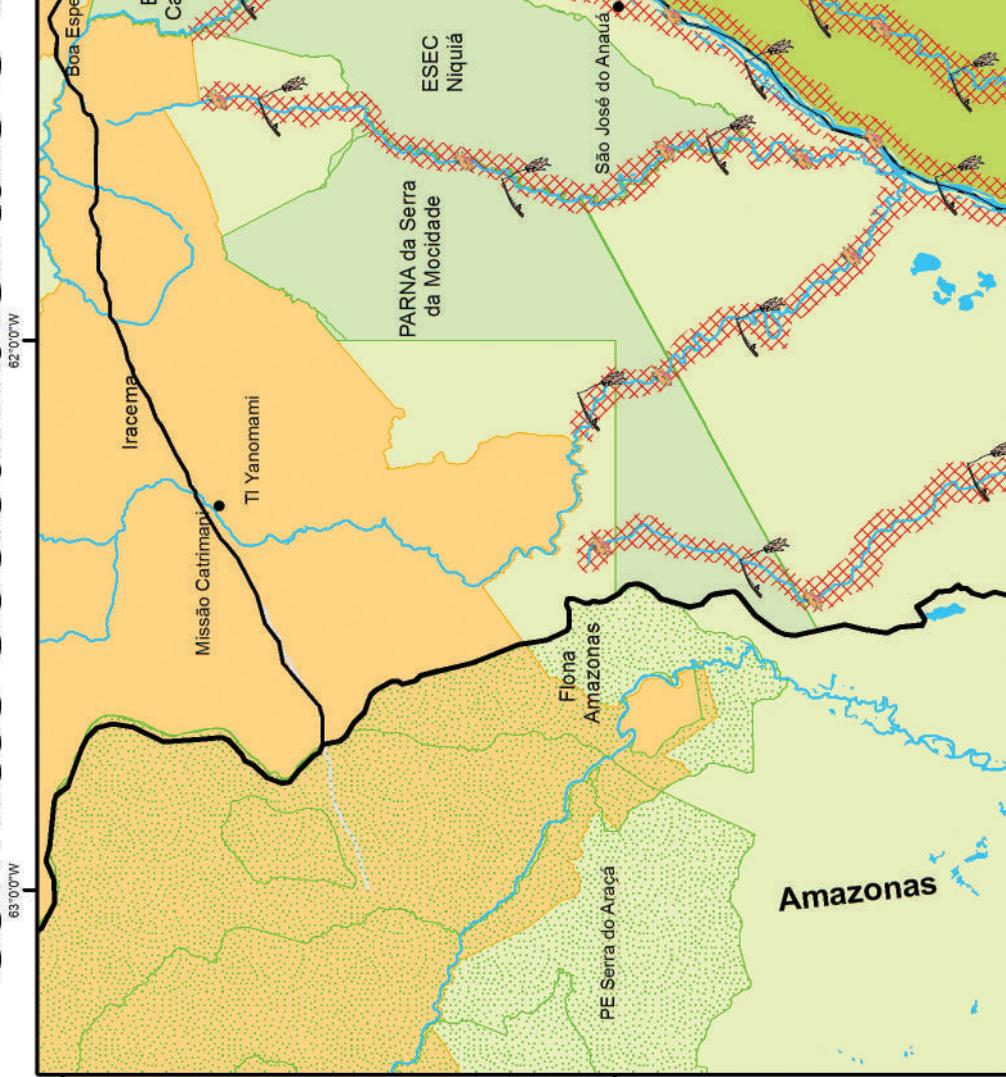
FONTE: IBAMA/ISA

Os critérios, as normas e a gestão das UCs afetam a vida de povos e comunidades que sempre habitaram a região onde elas se instalam. Os Planos de Manejo não têm conseguido assegurar os interesses e necessidades dos que vivem no entorno. Estas pessoas estão sendo impedidas de acessarem recursos que historicamente vinham utilizando para sua sobrevivência. Eles concordam com a necessidade de ações de preservação do meio ambiente, contudo estão insatisfeitos com as restrições estabelecidas e denunciam os constrangimentos que estão passando. Eles relatam episódios de abordagem indevida e falam inclusive do uso de violência por parte dos órgãos de fiscalização ambiental.

“Hoje o baixo Rio Branco está totalmente fechado. Os pescadores estão pescando não é por que querem não, é de teimoso e por que têm necessidade. Dessa ponte da Vista Alegre, passou cem metros de barco para baixo, desse lado aqui é tudo o Parque Nacional do Viruá. Aí vai até o Anauá. Do Anauá tem uma lei federal que criou a FLONA do Anauá ao Juaperi, lá no Amazonas, pegando Rorainópolis e aquilo ali tudo. Dessa margem direita aqui tem uma APA... da boca do rio Catrimani tem outra APA. Por que que tem estas reservas? Eu cheguei a Roraima em 1976. O que existia? Não existia isso não...Chegaram os analistas do Rio de Janeiro, de São Paulo; vinham munidos de máquina filmadora, GPS.



Conflitos Socioambientais e Territoriais



Legenda

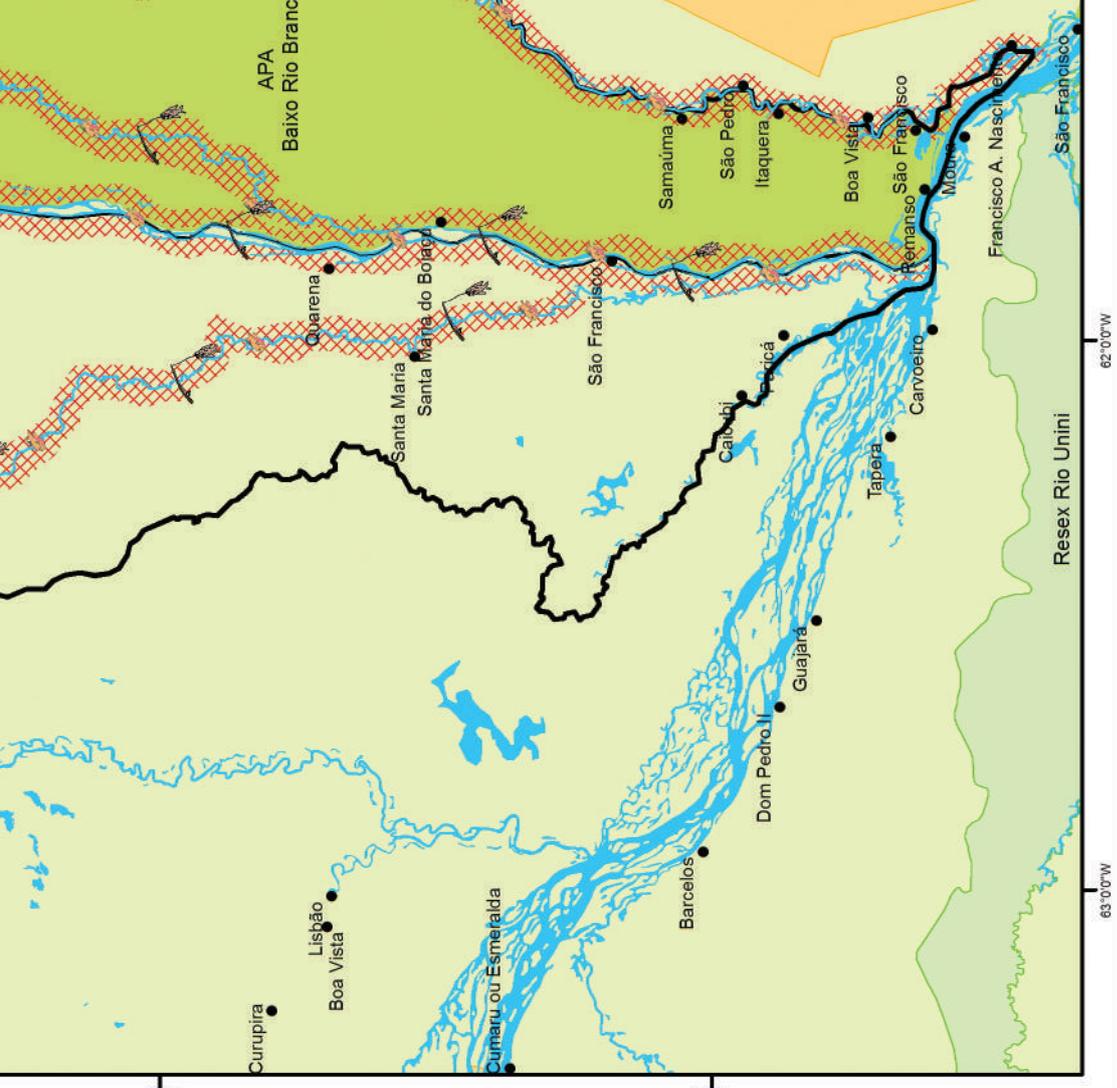
-  Conflito hidrelétrica nas Corredeiras do Bem-Querer
-  Ameaça de morte no Cujubim Beira-Rio
-  Limitação de acesso ao Cububim Beira-Rio
-  Zona possivelmente impactada com construção de hidrelétrica
-  Turismo de Pesca/Pesca predatória
-  Extração de Madeira - Maderreira Vale Verde
-  Zonas de ocorrência de conflitos relacionados ao acesso a recursos hídricos, pesqueiros e territoriais por parte dos pescadores e comunidades tradicionais
-  Zona de conflito fundiário/territorial no Cujubim Beira-Rio (Queima de casas, ameaças, cerceamento de direitos, etc)
-  Zonas de conflitos fundiários/territoriais referentes a sobreposição territorial com ESEC Caracará e com área visada para expansão do PARNA Viruá
-  Pesca tradicional artesanal
-  Corredeiras do Bem-Querer
-  Organizações de Base:
Associação dos Moradores do Cujubim Beira-Rio;
Sindicato dos Pescadores de Caracará;
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caracará;
Associação dos Produtores Rurais do Água Boa
Cooperativa de Caracará
-  Áreas protegidas federais
-  Áreas protegidas estaduais

N.0.0.2

N.0.0.1

63°00'W

62°00'W



- Áreas protegidas sobrepostas a território indígena
 - Terras indígenas
 - Projetos de Assentamento INCRA
- Convenções**
- Localidades - Vilas - Comunidades
 - Caracará
 - Sedes municipais
 - Hidrografia
 - Sistema viário
 - Países de fronteira
 - Limites municipais/estaduais

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

Conflitos Socioambientais, Territorialidades e Territorialização em Caracará - Roraima

Projeto Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação: Processo de Capacitação de Povos e Comunidades Tradicionais

Equipe de pesquisa:
 Ariene Oliveira Souza
 Carmen Lucia Silva Lima
 Nelita Frank
 Taiguara dos Santos Pereira

Fonte: Croquis das Comunidades, dados de pesquisa do PNCSA - RR, IBGE, ANA, ICMBIO, INCRA, SEPLAN - RR.

Cartografia: Taiguara dos Santos Pereira (PNCSA - RR)



Chegavam aqui e perguntavam: - Vocês sabem onde tem muito peixe? O próprio filho da terra mostrava... O analista dizia: - Quanto que tu quer pra me mostrar? Eu te dou mil conto. Ele dizia: - Eu sei. O cara instalava os equipamentos e vai só dizendo: - Essa volta aqui 90°, 60°. E essa paragem? Diminui o motor. - Essa paragem aqui é tal e tal...Essa ressaca é fulano de tal...Esse lado aqui está cheio de peixe boi, tartaruga, cabeçudo, um bando de ariranha, uma anta atravessando, jacaré, macaco. Se eles vissem uma aranha diziam: Pára, pára tudo. Nós vamos filmar essa aranha. Era assim mesmo. Eles faziam um documentário tão grande! Depois chegavam aqui, davam um abraço bem forte no guia e diziam: - Olha, você é nosso. Quando a gente ajeitar tudo, você vai trabalhar lá. Eu estou falando isso aqui por que eu conheço. Depois vai pra Boa Vista e pega o avião e segue para o Rio de Janeiro. Chega lá termina de escrever o dossiê e vai a Brasília. Chega lá e diz: - Está aqui... o povo de Roraima está querendo preservar isso aqui, por que eles não tem precisão disso. Hoje o que a lei quer é só preservar. Ele diz está aqui, pode ver. Esse aqui é o próprio pescador na proa da lancha. Às vezes ainda botavam o cabra, o pobre do pescador para falar. - Isso aqui é um pescador. Eles analisavam e metiam a caneta. No outro ano chega dizendo: - Olha! Agora o Juruá é Parque Nacional. Agora ninguém entra, a não ser a passeio. O próprio que levou eles lá, agora só pode entrar a passeio... E foi assim que agora tem o Parque da Mocidade, o Parque do Viruá, a Resex do Niquiá... Os fiscais mais desaforados com os pescadores são os da FEMARH. Eles embarcam lá na colônia dos pescadores com aquelas armas, com as armas pra fora. Pescador não é bandido, gente! Nós já fomos para o jornal, fomos para imprensa denunciar isso aí.” GIORGINO, EX-PRESIDENTE DO SINDICATO DOS PESCADORES DE CARACARAÍ

Unidades de conservação

MODALIDADE	TIPO DE PROTEÇÃO	EXTENSÃO (HA)	CRIAÇÃO
PARNA Monte Roraima	Integral	116.000	Decreto nº 97.887 de 28/06/2989
PARNA Serra da Mocidade	Integral	350.960	Decreto s/n de 29/04/1998
PARNA do Viruá	Integral	227.011	Decreto s/n de 24/04/1998
ESEC de Niquiá	Integral	286.600	Decreto nº 91.306 de 06/06/1985
ESEC de Caracarái	Integral	87.195	Decreto nº 87.222 de 31//05/1982
ESEC de Maracá	Integral	101.312	Decreto nº 86.061 de 02/06/1981
FLONA do Amazonas	Uso Sustentável	1.573.100	Decreto nº 97.545 de 01/03/1989
FLONA de Roraima	Uso Sustentável	2.664.685	Decreto nº 97.545 de 01/03/1989
FLONA de Anauá	Uso Sustentável	259.550	Decreto s/n de 18/02/2005
APA Xeruni	Uso Sustentável	1.671.694	Decreto nº 25 do Município de Caracarái de 08/12/1999
APA Baixo Rio Branco	Uso Sustentável	1.207.650	Lei Estadual nº 555 de 14/07/2006

FONTE: IBAMA



Paisagens da zona rural de Caracarái



Manifestação dos Movimentos Sociais em Caracarái. Imagens cedida pelo Sindicato dos Pescadores de Caracarái



“Sou morador do Baruana. Minhas terras fazem fundo com o Parque Nacional do Viruá. Vou falar dos moradores de Petrolina até Rio Dias. Hoje, o Parque Nacional do Viruá está com um plano de expansão. Nós sabemos que ele é um dos maiores do Brasil. Com essa expansão serão prejudicados os pequenos agricultores, os pescadores... Eu não vou dizer que a unidade de conservação futuramente não possa até trazer benefícios para os moradores vizinhos, mas por enquanto não está trazendo benefício. Estamos sabendo que é uma área grande de preservação e também é potência para pesquisa e turismo... No levantamento que nós fizemos, nós temos documento do gerente do banco mundial dizendo que vem verba da ARPA, que era para ter 250 famílias ao redor do Parque Nacional do Viruá, gerando emprego e renda no município de Caracarái... O problema não é pequeno, o problema atinge todo o município de Caracarái, pois atinge todas as classes: os agricultores e os pescadores”

ALZERAIS, SINDICADO DOS PESCADORES DE CARACARÁI - GUIA/MATEIRO

“Todo pescador tinha direito a um quelônio. E hoje eles não têm esse direito. Não pode tirar um quelônio pra comer, não pode matar uma anta, não pode matar um porco. Hoje não pode ter o seu alimento da floresta. Hoje eles não podem tirar esses animais da floresta pra sua sobrevivência”

MARILENE, MEMBRO DA DIRETORIA DO SINDICATO DOS PESCADORES DE CARACARÁI

A hidrelétrica do Bem Querer

“Nas corredeiras do Bem Querer, no rio Branco, na porção localizada na cidade de Caracarái, está sendo proposta a construção de uma hidrelétrica. A edificação desta usina foi incluída no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), contará com o investimento de R\$3,8 bilhões e terá potência de 708 Megawatts. Além da barragem no rio Branco, está prevista a construção de três de menor porte em Paredão, no rio Mucajaí, no município de Alto Alegre. O investimento de todo o complexo (Bem-Querer e Paredão) é de R\$ 5,5 milhões e teriam a capacidade de gerar uma potência de 1.050MW.

Desconsiderando as manifestações populares que reprovam a construção da hidrelétrica, membros do senado têm se empenhado neste projeto. O modelo de concessão que

será adotado é o mesmo das hidrelétricas do rio Madeira e de Belo Monte; ou seja, a Agência Nacional de Energia Elétrica realizará um leilão, que receberá propostas de investidores, os quais assumirão a construção da usina e venderão parte da produção ao governo. As promessas de desenvolvimento e geração de emprego em Roraima têm sido os argumentos mais utilizados pelos defensores destas construções.

Além de Bem-Querer e Paredão, existe a proposta da construção de hidrelétrica no rio Cotingo, no município do Uiramutã. Neste caso, a obra estará localizada dentro de Terras Indígenas homologadas; o que tem colocado o movimento indígena bastante descontente. Neste caso, o senador Mozarildo Cavalcante (PTB) é um dos defensores deste empreendimento.

A notícia da inclusão da usina de Bem-Querer nas obras prioritárias Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) produziu inquietações na população roraimense. Preocupados com os problemas que serão ocasionados, considerando os dramas vivenciados pelos atingidos pelas barragens em outros lugares, representantes de movimentos sociais e organizações passaram a denunciar os danos causados pelas hidrelétricas, a divulgar outras possibilidades de produção de energia menos impactantes e se colocaram em defesa do rio Branco.

Opondo-se ao projeto da hidrelétrica do Bem Querer, o movimento Puraquê, mais de 30 organizações, empresários, entidades do setor pesqueiro, da agricultura e da pecuária, integrantes da Igreja Católica e igrejas evangélicas, juntamente com membros da sociedade civil se juntaram na campanha Salve o Rio Branco, Patrimônio de Roraima e solicitaram a interrupção do processo administrativo que tramita na esfera federal e estadual em vista da construção desta hidrelétrica. Durante o evento, apresentaram informações sobre este empreendimento, os danos que ocasionará e foram coletadas assinaturas no abaixo assinado em defesa do rio Branco.

Esta manifestação foi realizada para evidenciar o descontentamento com aprovação da Emenda Constitucional nº 3, de 23 de outubro de 2012, realizada pela Assembleia Legislativa de Roraima, que retirou o tombamento das cachoeiras do Bem Querer, no município de Caracarái, e da faixa de 500 metros das margens do rio Branco. A emenda contraria o artigo 159 da Constituição do Estado de Roraima, que assegura a proteção destes bens. Esta alteração na Constituição Estadual é vista como sendo uma artimanha dos deputados para favorecer a construção da hidrelétrica do Bem Querer.

O movimento se opõe à construção da hidrelétrica e propõe alternativas tais como a união do Linhão de Guri e a Hidrelétrica de Tucuruí, que acreditam ser capaz de assegurar a demanda energética em Roraima. Outra possibilidade apresentada é a exploração da energia eólica e solar, por ser uma das potencialidades de Roraima e por apresentar impactos muito pequenos se compararmos com os produzidos pelas hidrelétricas.

Dando continuidade às manifestações contrárias à hidrelétrica, no dia 13 de novembro de 2013, na Federação do Comércio de Roraima, estiveram reunidos representantes dos movimentos sociais e membros do poder público entre os quais podemos citar o Movimento Purakê, Colônia de Pescadores, Central dos Assentados, Diocese de Roraima, Movimento Nós Existimos, Universidade Federal de Roraima (UFRR), Hutukara Associação Yanomami, Instituto Sócio Ambiental (ISA) e Fórum da Juventude. Na ocasião, foi solicitada a revogação da Emenda Constitucional nº 3 e a realização de audiências públicas nos municípios de Boa Vista, Iracema, Mucajaí e Caracarái que serão afetados pela hidrelétrica.

O Movimento Purakê tem como objetivo favorecer a participação da sociedade no debate sobre o futuro de Roraima, através da divulgação de informações e da abertura de espaços para o diálogo, em busca de um futuro com justiça social, ambiental e econômica. Considera que o crescimento econômico não pode ser alcançado a qualquer preço, que os recursos naturais são finitos e também pertencem àqueles que ainda estão por nascer, e que a geração de riqueza só faz sentido se for acompanhada de sua melhor distribuição.

O Movimento levanta bandeira em defesa do rio Branco, o maior patrimônio natural do povo de Roraima, artéria que drena quase toda a superfície do Estado, lembrando que a saúde deste rio, de seus afluentes e suas nascentes, é indispensável para o futuro de todo o seu povo, rural, urbano e indígena, e que suas águas e margens devem ser prote-



Embarcações utilizadas pelos ribeirinhos no Rio Branco



Cartaz da campanha realizada pelo Movimento Puraqué

gidas de toda a forma de agressão. O Rio Branco é historicamente utilizado por pescadores e extrativistas, de forma sustentável, e que eles devem ter sua atividade econômica e seu modo de vida respeitados. Ainda, o movimento chama atenção para o potencial turístico das praias do Rio Branco, um potencial ainda pouco explorado e que pode se tornar um nova alternativa de desenvolvimento. Defende que a tomada de decisão sobre a construção de grandes obras, em Roraima, deve ser uma responsabilidade compartilhada com toda a sociedade, através de um processo verdadeiramente participativo e bem informado, que favoreça a participação de todos os segmentos e reconheça o papel do conhecimento científico e tradicional.

O Movimento Puraké, finalmente, faz questão de lembrar que a contribuição do rio Branco para o rio Negro e o rio Amazonas, levando em conta o volume e a qualidade da água, a riqueza e a quantidade de peixes, é um valioso serviço ambiental que Roraima presta para o Brasil, e que ainda precisa ser reconhecido, divulgado e valorizado.” MANIFESTO DO MOVIMENTO PURAQUÉ, LANÇADO EM 29 DE JUNHO DE 2012

Falta de regularização fundiária em Roraima e a luta pela terra em Caracarái

O Estado de Roraima formado pela população local - indígena e não indígenas - e migrantes de várias partes do Brasil viveu várias ondas de deslocamentos populacionais principalmente a partir da década de 1950. Do processo migratório, muitas pessoas vinham de uma realidade de expulsão da terra e desarticulação forçada dos movimentos de trabalhadores rurais do Nordeste brasileiro e de outros contingentes atingidos pela seca. Diante do crescimento da mobilização social no campo nordestino a estratégia dos governos foi a desestruturação desse movimento emergente e seu deslocamento desordenado em direção à região amazônica visando desafogar e atenuar os problemas naquela região.

O famoso lema “Homens sem terra para uma terra sem homens” reunia em si duas claras inverdades: não se tratava de homens sem terra, e sim trabalhadores (as) que estavam se organizando e lutando pela terra no Nordeste; e a Amazônia não era, claramente, uma terra sem homens, e sim o berço de uma extraordinária diversidade étnica que foi agredida e violentada com esse processo colonizador.

Em décadas posteriores, com a corrida pela exploração do garimpo, a abertura de estradas e incentivos governamentais a migração foi intensificada e os conflitos foram se avolumando, especialmente no campo e em Terras Indígenas. Esses fatores colocaram em rota de colisão as relações sociais, opondo interesses de governos, de fazendeiros, empresários e de grupos políticos locais de um lado; e de outro lado, trabalhadores (as) e indígenas que sozinhos, entregues à própria sorte lutaram e reivindicaram o direito a permanecer na terra ou mesmo o direito a um pedaço de terra, assim como a demarcação de Terras Indígenas (TIs).

A luta para permanecer na terra

“A experiência migratória e a luta por assentar-se na terra marcou a vida de muitas famílias ao longo das últimas décadas. Essa luta pela permanência não foi fácil e segue até os dias atuais. Isso levou a contínuos deslocamentos internos no campo e em direção à cidade de Boa Vista e sede dos municípios, como é o caso de Caracarái. Já eram sinais de resistência para conseguir, de vez, as condições necessárias para permanecer na terra e não desistir do sonho. E nesse processo tiveram que enfrentar arbitrariedades, a falta de segurança e toda monta de problemas com a inexistente regularização fundiária em Roraima, aspecto que fez acentuar os problemas existentes e emergir outros.

Nas décadas de 1970 e 1980, o INCRA foi encarregado de empreender a chamada “Reforma Agrária”, que permitia ao Estado também assegurar seu controle territorial. No



entanto a tão falada regularização fundiária no Estado se transformou num imbróglio que, de tão enrolado, ainda segue sem definição. Isso só penaliza ainda mais a vida de trabalhadores e trabalhadoras que dependem da terra e da agricultura familiar para viver, e a um só tempo enfrentar as ameaças de grileiros, fazendeiros, empresários, bem como a ausência de governos ineficientes e ineficazes na resolução de tais problemas, e faz agravar a situação de vida das pessoas. A memória coletiva do grupo revela fragmentos dessa história no município de Caracarái.

Nas décadas de 1970 e 1980 iniciou a reforma agrária no Estado de Roraima com as áreas de assentamentos, mas também os financiamentos que foram abertos para essas pessoas das migrações. Na época foram feitas as vicinais.” RELATO DO GRUPO DE TRABALHO NOS MINICURSOS ANÁLISE DE CONJUNTURA E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL, REALIZADO NOS DIAS 13 E 14/07/2013, EM CARACARÁI

A organização das vicinais foi feita no formato conhecido no Estado como “espinha de peixe” devido ao traçado do desenho, em que a abertura da estrada principal inicia estreita com ramificações para ambos os lados, que formam os lotes de terras e à medida que vai adentrando às matas, para abertura de novos lotes, vai alargando-se e tornando-se parecida com uma cabeça de peixe.

Na década de 1990 e anos 2000, a imprensa local noticiou com recorrência os conflitos sobre terras no sul do Estado e nos municípios ao longo da BR 174; a falta de regularização e a aquisição irregular de lotes da reforma agrária a preços irrisórios por terceiros de maior poder aquisitivo. Isso fazia aumentar a concentração de terras em mãos de outras pessoas, que envolvia até políticos locais. Os trabalhadores ficaram sem alternativas e menos ainda a quem recorrer, uma vez que era precária ou inexistente a instituição de políticas públicas que assegurassem a permanência de homens e mulheres no campo. Os relatos abaixo indicam o descaso e os impactos que a falta da regularização fundiária causa na vida das pessoas.

“Hoje o agricultor não pode fazer mais quase nada, o mínimo que ele pode fazer é sobreviver na área. Agora condições, cadê as condições que dão pras pessoas sobreviver lá? Quando faz uma vicinal, é de péssima qualidade. Não tem escola, não tem saúde. E como o cara vai viver lá dentro? Vai ficar vegetando? Então eu acho que até hoje, as nossas autoridades não criaram vergonha na cara de ver, de investir na agricultura, de investir na pesca. A gente sabe que tem muito dinheiro, muito dinheiro para agricultura e para pesca. Mas quando a gente vai pedir para fazer um projeto que dê sustentabilidade ao povo, que vai tirar o povo de onde está, eles barram o projeto, porque eles sabem que o povo vai sair da dificuldade, vai ficar melhor. Eles têm medo disso. Eles têm medo que o povo comece a se organizar” MANOEL, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES E PESCADORES DE VISTA ALEGRE, EM CARACARÁI

“Para fazer um projeto de assentamento tem que esperar 180 dias até ser liberada toda a documentação para fazer aquela estrada ali de área de assentamento; e o madeireiro com 30 dias ele está fazendo meio mundo de derrubação. Enquanto a área de assentamento para colocar as pessoas que querem trabalhar e não fazer a destruição é difícil.” MARILENE DA SILVA, MEMBRO DA DIRETORIA DO SINDICATO DE PESCADORES DE CARACARÁI

A distribuição de lotes por si só não é suficiente para resolver os problemas e garantir a permanência das pessoas no campo. O Estado de Roraima e Caracarái tornaram-se hoje fonte de insegurança na hora de resolver os novos conflitos por terra que estão surgindo. Mesmo com o cadastramento feito, a documentação que as famílias têm não parece ser

Reuniões e encontro para discussão de preparação do Boletim dos Conflitos Socioambientais no Município de Caracarái

relevante e suficiente para elas receberem o título de seus lotes. A situação piora quando enfrentam a concessão irregular de novos títulos a grandes empresas e investidores em terrenos sobrepostos aos dos trabalhadores rurais ou quando grandes empresários do ramo madeireiro argumentam terem comprado essas terras de particulares.

A falta de informação e o problema da sobreposição documental geram uma insegurança dramática para os/as trabalhadores/as rurais, pois de fato veem questionadas suas posses, recebem ameaças e ordens de despejo. Esta sobreposição termina beneficiando sempre os grandes proprietários e condena agricultores/as familiares a uma permanente luta para preservar seus lotes. Estes frequentemente enfrentam litígios sobre as terras que ocupam há décadas e sobre cuja posse acreditava-se ter tranquilidade para desenvolver as suas atividades, como roças e criações. Essa situação de insustentabilidade pode ser percebida no relato do senhor Geraldo.

“Rapaz! É tudo a mesma coisa! Ninguém sabe de nada, ninguém explica nada, ninguém sabe se vamos ter direito ou não. Porque fez investimento muito grande né, para mais de 15 mil investido no terreno. Eu não vou largar né. Eu já tirei da boca dos meus filhos para comprar um pedacinho de terra lá para plantar alguma coisa para comer. Se eu largar, é o que eles querem, é o apoio do abandono. Se os colonos tudinho abandonar lá, o que eles querem é isso, né.” SR. GERALDO ANDRÉ DE OLIVEIRA, MORADOR DO CUJUBIM BEIRA RIO

As mudanças ocorridas nos órgãos responsáveis pela a gestão de terras, que antes estava a cargo do INCRA, passou a ser dividida com ITERA/IMA. Este último, responsável pelas questões relacionadas à regularização de terras no âmbito estadual, está sempre envolto em controvérsias e nos últimos anos tem sido alvo de intervenções judiciais por conta de indícios de irregularidades na gestão fundiária dos 6 milhões de hectares de terras públicas, que a União repassou para o Estado no ano de 2009, em decorrência das negociações com o governo local, que envolveu o processo de homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol. Provocado pelo Ministério Público Federal (MPF), foi ajuizada no Supremo Tribunal Federal (STF) Ação Direta de Inconstitucionalidade pela Procuradoria Geral da República (PGR) contra Lei 738/2009 do Estado de Roraima que dispõe sobre a política fundiária rural estadual (www.stf.jus.br).

A insustentabilidade causada por essa situação de indefinição da regularização da terra tem sido constantemente denunciada pelas lideranças locais, trabalhadores/as rurais, pescadores/as e suas organizações representativas às autoridades locais, sem, no entanto, chegar a uma solução. Porém as ameaças à vida, as perseguições, o cerco e as interdições de acesso aos assentamentos, às áreas de pesca, às estradas e às florestas continuam. As pessoas moradoras do Cujubim Beira Rio são parte de um segmento que vivencia esse clima de tensão e pressão com demandas e ações judiciais, além do esforço organizativo, para enfrentar os problemas decorrentes das ações pela disputa da terra com a empresa Vale Verde naquela localidade.

A falta de regularização fundiária e os conflitos no Cujubim Beira Rio

O loteamento Cujubim Beira Rio, está localizado numa gleba de terras no município de Caracaraí, onde na memória coletiva do grupo social fora um dia uma área de castançais. Do tempo passado vêm também nas lembranças das pessoas mais velhas as histórias das trocas de nomes daqueles que se intitulavam donos, sempre associadas a pessoas ou empresas de grande poder econômico, o que dá uma ideia da especulação, do mercado de terras e da concentração. Esse lugar é, na atualidade, uma mostra da situação de conflito decorrente da falta de regularização fundiária e da luta empreendida por homens e mulheres trabalhadores rurais para ainda hoje tentar garantir o direito à terra e a sua permanência no campo.

“Sou pescador, agricultor, moro na vicinal 6 do Cujubim, estamos passando uma dificuldade muito grande nesse pedaço de terra, nós não temos direitos, só problemas. Antigamente, antes dos meus 18 anos, o governo dava muito apoio ao agricultor, tanto que quando meu pai era vivo, nós tínhamos bastante apoio. Hoje eles tiram do pequeno agricultor e dá para o grande, é o que está acontecendo, que nem essa Vale Verde, é muito grande, todo mundo sabe que essa Vale Verde é grande demais. Essa vicinal 6 lá é uma

área muito pequena, o que tem que ser feito lá é decidir se o agricultor vai ter direito ou não vai, para o pobre do agricultor não ficar sendo enganado. Como já foi feito reunião, reunião, reunião, e ninguém tem decisão. O produtor é pequeno, então vaza, perder tempo em outro canto e se vai ter direito, dá o direito para o pobre do trabalhador. Não ficar enganando, porque ninguém pode fazer um investimento grande, uma casa grande, porque corre o risco de perder, não pode fazer uma roça grande porque está arriscado a perder, se vai fazer um plantio grande, não pode tirar. O que eu acho que nós que estamos lá dentro, queremos decisão, porque pelos tempos que correm lá dentro, já dá para nós sabermos a decisão, se a terra é marcada para os grandes ou se o pequeno agricultor vai ter esse direito, porque eu acho que já tem essa decisão, já era para ter, pelo tanto que corre. Para ver se vamos ter o direito ou não vai, se vamos trabalhar num pedacinho de terra e nada mais". ANTONIO MONTEIRO, MORADOR DO CUJUBIM BEIRA RIO

Durante muitos anos os moradores e a Associação de Cujubim Beira Rio demandam dos Órgãos responsáveis pela regulamentação de terras uma solução para a regularização dos seus lotes. Antes foi com o INCRA e depois com o ITERAIMA. Já fizeram o levantamento do número de famílias, o cadastramento das mesmas, a demanda por serviços de infraestrutura como energia, escola, saúde e estrada para escoar a produção e nada de uma solução, mantendo-se o jogo do empurra-empurra e informações desencontradas, aspecto que dificulta a busca de direitos.

"Deixa eu falar, porque quando estava o processo aqui no Estado, eu fiz o pedido pro ITERAIMA, para que ele fosse lá demarcar as terras dos colonos, e eles foram, passaram lá 5 dias. Então nós levamos eles aos pontos que era para marcar, eu fui pelo rio, ela foi pela terra, marcando os pontos. Ele foi lá, levou o processo todinho que estava no ITERAIMA, foi registrando fulano de tal, foi registrando lote por lote o nome das pessoas. Então eu quero que o colono vá para dentro do seu lote, trabalha a terra, faça casa, porque aquela área que foi demarcada, foi o INCRA que colocou o povo lá". GUARACI, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO CUJUBIM BEIRA RIO

As reivindicações que antes eram na esfera estatal, frente aos governos locais, ganharam a esfera judicial em decorrência das ameaças à vida das pessoas, às casas e suas propriedades com pressão para elas saíssem de seus lotes. Outro fator de ameaça e riscos para as lideranças do grupo terem acionado a justiça visando uma solução é a disputa com a empresa Vale verde, que alega ser dela uma parte do Cujubim. De outro lado, a empresa também acionou a justiça requerendo a re-integração e posse da terra, o que deixaria homens e mulheres sem o seu pedaço de terra.

"A história que corre lá é que os direitos foram para os madeireiros, os colonos têm pouca garantia, a garantia mesmo é de madeireiro. Tem a questão do despejo da vicinal, dos colonos, eu disse, meu Deus eu não vou sair de lá não, eu tenho as minhas coisinhas lá, mas por enquanto a gente está nessa luta" ANTONIO, MORADOR DO CUJUBIM BEIRA RIO

"Eu sou Maria das Graças, nós moramos esse horror de ano que ele falou na coisa e há perturbação pelo Suíço. E aí a gente fica pelejando pra se mover e não pode, porque eles não deixam, quando a gente quer se aprumar, vem eles e derruba, aí a gente peleja pra se aprumar de novo, aí eles vem e derruba". MARIA DAS GRAÇAS, MORADORA DO CUJUBIM BEIRA RIO

A empresa está instalada numa área que dá acesso à estrada de chão, local de passagem, e segundo eles a mesma impõe limite ao trânsito das pessoas do Cujubim, o que as obrigam a um caminho mais longo ao utilizar o trajeto de canoa ou barco pelas águas do Rio Branco. E aí se somam as denúncias dos roubos de canoas, uma vez que estas ficam atracadas às margem do rio e eles completam o trajeto a pé aos seus lotes. Diante de tal impasse, são muitas as frentes e desafios impostos aos trabalhadores. A luta no campo institucional com os governos, na justiça, a organização dos trabalhadores (as) e o enfrentamento com empresários, madeireiros e fazendeiros. A própria equipe do projeto nova cartografia acompanhou uma audiência na comarca de Caracaraí, onde um trabalhador foi inquirido pelo juiz sobre a situação de Cujubim e estava presente o representante da empresa Vale Verde.

"Pertencço ao Cujubim Beira Rio, vicinal 06, a gente já está há 12 anos lá na terra lutando, enfrentamos vários processos, na legalização da terra, e agora nós estamos enfrentando mais um processo na justiça, inclusive um processo que a gente tá enfrentando na justiça que foi destinado ordem de despejo, da região lá. Só que no documento que consta lá, não é a nossa vicinal, é uma outra vicinal, e lá fala sobre uma vila, e lá não existe uma Vila lá. Nesse documento desse processo que tá correndo lá, tem também Cep, e lá

na nossa vicinal não existe esse Cep ainda, e Papai está sendo como representante do MST, e meu pai não é isso aí, e nunca pertenceu a esse movimento do MST. Então a gente tá na justiça pra ver se a gente consegue regularizar essa situação. A gente está sendo acusado de estar fazendo uma coisa, e veio a Ordem de despejo do Cujubim Beira Rio, sendo que a vicinal não é a nossa. O que está sendo relatado no fato lá, é a ZR 01, e a nossa não é a ZR 01. É a vicinal 06. Então tudo isso aí a gente está na justiça aí, nossos advogados estão correndo atrás disso aí pra regularizar essa situação” JONNY HEBERT, MORADOR DO CUJUBIM BEIRA RIO

“Em 2008 a Vale Verde fez um levantamento todinho sobre essa madeira do Cujubim Beira Rio. As madeiras que foram marcadas do manejo foram todas retiradas até meados de 2010. As árvores que foram plantadas, só é para ser retirada em 2018, então essa confusão que está acontecendo no Cujubim Beira Rio, é a maior área que tem as madeiras intactas. O que está acontecendo no Cujubim Beira Rio é que as madeiras são caras, mas não foi feito o levantamento do manejo florestal, foi feito no Cujubim principal, na vicinal. Eles querem usar o certificado e expulsar o pessoal de lá para fazer isso. Mas a permissão é só para 2018. Agora, a gente tem quantos anos de informações?”. ALZERRAES, TRABALHADOR RURAL DE CARACARAÍ

Durante as atividades do mapeamento social, as reuniões, os minicursos e as oficinas de mapa foram muitos os relatos dos trabalhadores e trabalhadoras sobre a situação do conflito em Cujubim Beira Rio e como eles têm enfrentado a situação. Os relatos ilustram bem qual o estado e a luta das pessoas daquele lugar em defesa de seus direitos que estão sempre ameaçados.

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA

COORDENAÇÃO GERAL DO PNCSA

Alfredo Wagner Berno de Almeida
CESTU/UEA

Rosa Elizabeth Acevedo Marim
NAEA – UFPA

ORGANIZAÇÃO DESTA EDIÇÃO

Arlene Oliveira Souza

Carmen Lucia Silva Lima

Nelita Frank

COLABORAÇÕES

Maria Aparecida Silva de Sousa

Luiz Ventura Fernandez

Thiago Lied

REVISÃO DO TEXTO

Arlene Oliveira Souza

Carlos Alberto Marinho Cirino

Carmen Lúcia Silva Lima

Elaine Moreira

Nelita Frank

CARTOGRAFIA

Taiguara dos Santos Pereira

FOTOS

Erineu de Souza Cipriano

Miriam Chaves de Souza

Marilene Santos Afonso

Nathalia Bianca Silva Martes

Taiguara dos Santos Pereira

TRANSCRIÇÃO DAS GRAVAÇÕES

Erineu de Souza Cipriano

Marina Sousa Lima

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Casa 8

C122 Caderno Nova Cartografia Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação : processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais. – N. 9 (set. 2014) – Manaus: UEA Edições, 2014

v.: il. ; 30 cm.

Irregular.

Coordenação geral do PNCSA: Alfredo Wagner Berno de Almeida (CESTU/UEA/PPGCSPA) e Rosa Elizabeth Acevedo Marim (NAEA/UFPA/PPGCSPA).

ISSN 2359-0300

1. Conflitos sociais – Amazônia – Periódicos. 2. Comunidades tradicionais. 3. Desmatamento. 4. Territorialidade. 5. Cartografia. 6. Mapeamento social. I. Almeida, Alfredo Wagner Berno de. II. Marim, Rosa Elizabeth Acevedo.

CDU 528.9:316.48(811)(05)

CADERNO NOVA CARTOGRAFIA 9

SETEMBRO 2014

A insustentabilidade causada pela situação de indefinição da regularização da terra tem sido constantemente denunciada pelas lideranças locais, trabalhadores/as rurais, pescadores/as e suas organizações representativas às autoridades locais, sem, no entanto, chegar a uma solução. Porém as ameaças à vida, as perseguições, o cerco e as interdições de acesso aos assentamentos, às áreas de pesca, às estradas e às florestas continuam.

PROJETO

**Mapeamento
Social**



ISSN 2359-0300

PROJETO EXECUTADO COM RECURSOS DO



APOIO

